



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA**

**IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL EM BRASILEIROS:
ANÁLISE DE REDES, COMPARAÇÕES ENTRE GRUPOS RACIAIS E
CONTRIBUIÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS**

BÁRBARA DA SILVA ALVES

JOÃO PESSOA - PB

2026

BÁRBARA DA SILVA ALVES

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL EM BRASILEIROS: ANÁLISE DE REDES,
COMPARAÇÕES ENTRE GRUPOS RACIAIS E CONTRIBUIÇÕES
PSICOPEDAGÓGICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof. Dr. Renan Pereira Monteiro

João Pessoa

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474i Alves, Barbara da Silva.

Identidade étnico-racial em brasileiros: análise de redes, comparações entre grupos raciais e contribuições psicopedagógicas / Barbara da Silva Alves. - João Pessoa, 2026.
37 f. : il.

Orientação: Renan Pereira Monteiro.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Identidade étnico-racial. 2. Autodeclaração racial. 3. Desenvolvimento da identidade racial. 4. Análise de redes. 5. Psicopedagogia. I. Monteiro, Renan Pereira. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.015.3(043.2)

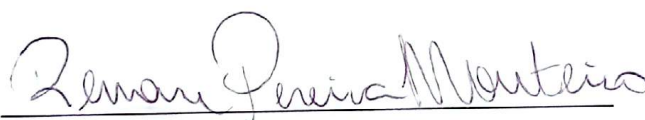
Bárbara da Silva Alves

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL EM BRASILEIROS: ANÁLISE DE REDES,
COMPARAÇÕES ENTRE GRUPOS RACIAIS E CONTRIBUIÇÕES
PSICOPEDAGÓGICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado de Psicopedagogia do
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Data de Aprovação 01/04/2026

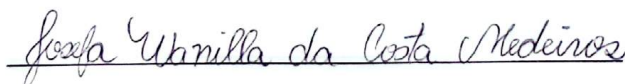
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Renan Pereira Monteiro

Titulação Doutor

Universidade Federal da Paraíba



Profª. Mª. Josefa Wanilla da Costa Medeiros

Titulação Mestra

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

A identidade étnico-racial pode ser compreendida como um construto psicossocial que se refere à forma como os indivíduos percebem, interpretam e atribuem significado ao seu pertencimento racial e étnico. Esse processo é influenciado por experiências sociais, culturais e históricas, especialmente em contextos marcados por desigualdades raciais, como o brasileiro. Este estudo teve como objetivo analisar a arquitetura da identidade étnico-racial em brasileiros, investigando de que forma a autodeclaração racial se relaciona com as dimensões identitárias. A pesquisa contou com uma amostra de 1.397 participantes racialmente diversos, com idades entre de 18 a 79 anos ($M = 26.76$; $DP = 9.70$). Sendo a maioria declarante do sexo feminino (66,3%), de classe socioeconômica média baixa (44,4%) e com ensino superior incompleto (48%). Autodeclarantes, 41,2% pardos, 30,3% brancos e 25,1% pretos. Para a coleta de dados, foi utilizada a Cross Ethnic-Racial Identity Scale – Adult (CERIS-A), instrumento que avalia diferentes dimensões do desenvolvimento da identidade étnico-racial. Os dados foram analisados por meio de análises multivariadas (MANOVA e ANOVA) e análise de redes, permitindo identificar diferenças entre os grupos raciais e compreender a organização estrutural das dimensões identitárias. Os resultados indicaram que participantes brancos apresentaram maiores escores no estágio de pré-encontro, caracterizado por menor consciência racial, enquanto participantes pretos e indígenas apresentaram maiores níveis de internalização identitária. A análise de redes também revelou estruturas identitárias distintas entre os grupos de pretos e pardos, evidenciando a complexidade dos processos de construção da identidade étnico-racial no contexto brasileiro.

Palavras-chaves: Identidade étnico-racial; Autodeclaração racial; Desenvolvimento da identidade racial; Análise de redes; Psicopedagogia.

ABSTRACT

Ethnic-racial identity can be understood as a psychosocial construct referring to how individuals perceive, interpret, and attribute meaning to their racial and ethnic belonging. This process is influenced by social, cultural, and historical experiences, particularly in contexts marked by racial inequalities, such as the Brazilian one. This study aimed to analyze the architecture of ethnic-racial identity among Brazilians, investigating how racial self-identification relates to identity dimensions. The study included a sample of 1,397 racially diverse participants aged between 18 and 79 years ($M = 26.76$; $SD = 9.70$). Most participants self-identified as female (66.3%), belonged to a lower-middle socioeconomic class (44.4%), and had incomplete higher education (48%). Regarding racial self-identification, 41.2% identified as mixed-race (pardo), 30.3% as White, and 25.1% as Black. Data were collected using the Cross Ethnic-Racial Identity Scale – Adult (CERIS-A), an instrument designed to assess different dimensions of ethnic-racial identity development. The data were analyzed using multivariate analyses (MANOVA and ANOVA) and network analysis, allowing the identification of differences between racial groups and the structural organization of identity dimensions. The results indicated that White participants presented higher scores in the pre-encounter stage, characterized by lower racial awareness, while Black and Indigenous participants showed higher levels of identity internalization. Network analysis also revealed distinct identity structures between Black and mixed-race participants, highlighting the complexity of ethnic-racial identity construction processes in the Brazilian context.

Keywords: Ethnic-racial identity; Racial self-identification; Racial identity development; Network analysis; Psychopedagogy.

1 INTRODUÇÃO

A identidade étnico-racial constitui um elemento fundamental na formação da subjetividade humana, especialmente em sociedades historicamente marcadas por desigualdades raciais. Diferentemente de uma característica biológica, ela deve ser compreendida como um construto psicossocial dinâmico que envolve tanto o sentimento de pertencimento a um grupo, quanto as experiências sociais decorrentes da posição que o indivíduo ocupa em um contexto racializado (Costa; Souza, 2021; Umaña-Taylor et al., 2014). Conforme Umaña-Taylor et al. (2014), a identidade étnico-racial integra dimensões culturais, históricas e sociais, sendo construída ao longo da vida por meio das interações entre o sujeito e as estruturas sociais nas quais está inserido.

No contexto brasileiro, compreender essa identidade do sujeito implica considerar o processo histórico que estruturou as relações raciais no país. De acordo com Munanga (1999) a noção de raça foi utilizada historicamente como instrumento político de organização social, criando hierarquias que influenciam oportunidades, experiências e formas de pertencimento. Nesse sentido, a identidade racial não se constitui apenas a partir da autoidentificação do indivíduo, mas também das classificações e expectativas sociais que recaem sobre ele. Assim, o racismo opera como uma estrutura que atravessa instituições e relações sociais, organizando desigualdades a partir de marcadores fenotípicos, como a cor da pele e os traços físicos, além de dimensões culturais relacionadas à história e aos modos de vida dos grupos racializados (Almeida, 2019).

A complexidade dessas relações torna-se evidente quando se observa os indicadores sociais brasileiros. Dados do Atlas da Violência (2023) evidenciam profundas desigualdades raciais nos índices de violência letal. O risco de uma pessoa negra ser vítima de homicídio foi aproximadamente 2,7 vezes maior do que o de uma pessoa não negra. Esse dado revela a persistência de estruturas sociais racializadas que impactam diretamente as condições de vida da população negra. Mesmo fatores tradicionalmente associados à mobilidade social, como a escolaridade, não anulam essas desigualdades, evidenciando que a raça continua operando como marcador central de vulnerabilidade social.

Apesar dessas evidências, a compreensão das relações raciais no Brasil é frequentemente atravessada pelo chamado mito da democracia racial. Essa narrativa sustenta a ideia de que a miscigenação brasileira teria produzido uma convivência harmoniosa entre

diferentes grupos raciais, minimizando a existência do racismo (Fernandes, 2008). Para Gomes (2005), esse discurso atua como um mecanismo ideológico que invisibiliza desigualdades estruturais e dificulta o reconhecimento das experiências de discriminação vividas pela população negra.

Outro elemento importante para compreender a formação da identidade racial no Brasil é o fenômeno do colorismo. Analisado no contexto brasileiro por Nogueira (2007), o conceito descreve as hierarquias sociais baseadas na tonalidade da pele e nos traços fenotípicos. Assim, o colorismo atua como um mecanismo que distribui privilégios e exclusões dentro da própria população negra, contribuindo para a fragmentação das experiências identitárias (Devulsky, 2021).

Ao recorte educacional, a identidade étnico-racial ganha espaço e obrigatoriedade de discussão com a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que vão além dos cumprimentos normativos, representando o compromisso com uma educação antirracista que procura romper com o silêncio dos currículos eurocêntricos e devolver a visibilidade às raízes negras e indígenas (Brasil, 2003; 2008). Para a Psicopedagogia Institucional, o foco reside no sujeito cognoscente, o ser em processo de aprendizagem, cuja construção da aprendizagem é indissociável de sua percepção identitária (Almeida; Silva, 2010). Assim, o racismo estrutural não é apenas uma questão social, mas uma barreira pedagógica que gera prejuízos intelectuais e à autoestima (Gomes, 2017).

Diante dessas dinâmicas, a construção da identidade étnico-racial não ocorre de forma linear, mas por meio de processos de transformação subjetiva que envolvem conflitos, descobertas e redefinições de pertencimento. Nesse sentido, a Teoria da Nigrescência, proposta por William E. Cross Jr. (1971), oferece um importante referencial para compreender o desenvolvimento da identidade racial. Segundo esse modelo, os indivíduos passam por diferentes estágios de consciência racial, que variam desde a assimilação de valores dos grupos dominantes até a internalização de uma identidade racial afirmativa. No contexto brasileiro, esse processo foi amplamente discutido por Souza (1983), que descreve o “tornar-se negro” como uma reconstrução subjetiva diante das pressões sociais que valorizam padrões brancos.

A investigação empírica dessas transformações identitárias exige instrumentos capazes de captar a complexidade das atitudes raciais. Nesse contexto, destaca-se a Cross

Ethnic-Racial Identity Scale-Adult (CERIS-A), desenvolvida por Worrell e colaboradores (2019), baseada na ampliação do modelo de Nigrescência. A escala avalia diferentes dimensões da identidade étnico-racial, incluindo assimilação, desinformação, auto-ódio, antidominância, etnocentrismo, inclusão multiculturalista e saliência étnico-racial, permitindo compreender como essas dimensões se organizam psicologicamente.

Estudos internacionais demonstram que dimensões como saliência étnico-racial e multiculturalismo inclusivo podem estar associadas ao fortalecimento da autoestima coletiva e à resiliência psicológica em contextos de discriminação (Carlos; Worrel, 2025; Cuellar, 2026). No Brasil, a recente adaptação da CERIS-A permitiu ampliar as investigações empíricas sobre identidade racial, evidenciando diferenças nas dimensões identitárias entre grupos raciais (Medeiros, 2025).

Entretanto, apesar do avanço na mensuração dessas dimensões, existe uma lacuna sobre como essas atitudes se articulam internamente em uma estrutura relacional no cenário brasileiro. Para o sujeito, a coexistência do mito da democracia racial e do colorismo cria um cenário de ambiguidades que nem sempre são captadas por análises de médias. O problema se encontra em compreender a arquitetura de: como os sujeitos negros se organizam frente à sua autodeclaração étnico-racial, em quais dimensões e estágios eles se encontram?

Essa fragmentação identitária é corroborada por evidências recentes que expõem o distanciamento entre a classificação institucional e a autopercepção da identidade no país. Segundo levantamento do Instituto Datafolha (2024), realizado com uma amostra representativa de 2.004 brasileiros em 113 municípios, resultou em um descompasso entre a norma técnica e a realidade: embora o IBGE através da convenção do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) classifique que pretos e pardos compõem população negra, 60% dos brasileiros autodeclarados pardos na pesquisa afirmam não se considerar negros, enquanto apenas 38% assumem esse pertencimento. Um dado paradoxal revelado pela pesquisa é que, embora 67% dos pardos concordem que o termo "negro" deva abranger ambos os grupos, a maioria ainda não aplica essa identidade a si mesma.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a arquitetura da identidade étnico-racial em brasileiros, investigando a influência da autodeclaração racial na organização da identidade étnico-racial. Para alcançar tal finalidade, os objetivos específicos compreendem: a) Comparar os níveis de desenvolvimento identitário: Pré-encontro, Imersão

e Internalização, entre diferentes grupos raciais através da MANOVA e ANOVA; b) Identificar os nós centrais e a conectividade das dimensões identitárias nos grupos pretos e pardos por meio da Análise de Redes; c) Discutir as implicações dessas configurações para a prática educacional e psicopedagógica, relacionando a centralidade de atitudes com a mediação do processo de aprendizagem do sujeito.

2 IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

A identidade étnico-racial deve ser compreendida não como um atributo biológico, mas como um metaconstruto dinâmico que envolve o sentimento de pertencimento a um grupo e a resposta do indivíduo a um contexto racializado. Umaña-Taylor et al. (2014) indicam que essa identidade integra tanto os aspectos étnicos quanto raciais da identidade de uma pessoa, considerando sua origem étnica e suas experiências racializadas num contexto sociopolítico e histórico específico.

Historicamente, como aponta Munanga (1999), a raça é uma construção política utilizada para estabelecer hierarquias. Portanto, a identidade constitui um processo contínuo de "tornar-se", no qual o sujeito media sua subjetividade entre a autoatribuição e a heteroclassificação, a forma como a sociedade o rotula. Segundo Almeida (2019), a identidade racial é forjada por dois fatores indissociáveis: as características fenotípicas, associadas aos traços físicos e à cor da pele socialmente interpretada; e as dimensões étnico-culturais, que envolvem geografia, religião, língua e costumes. Esses elementos, em conjunto, constituem o que o autor denomina como uma forma de existir.

A identificação de raça/cor no Brasil adotada pelo IBGE (2022), acontece por meio da autodeclaração. Onde o sujeito se reconhece nas categorias preta, parda, branca, amarela ou indígena, estabelecendo ao indivíduo a percepção sobre seu próprio pertencimento racial. Sendo sujeitos negros, aqueles que se autodeclararam pretos e pardos. Ainda de acordo com os resultados do Censo 2022, pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população brasileira (45,3%) se declarou como parda (IBGE, 2023).

Sob essa ótica, Fanon (1980) contribui ao evidenciar que a identidade racial não se limita ao corpo, mas é construída nas relações simbólicas impostas pelo racismo. O contexto racializado dita como o sujeito percebe a si mesmo e se posiciona no mundo, revelando que o

indivíduo negro é, muitas vezes, uma resposta à tensão entre sua essência humana e o olhar estigmatizante da sociedade.

No contexto brasileiro, essa construção é particularmente complexa, pois ocorre em um território marcado por séculos de escravidão e tentativas de apagamento cultural. Para compreender as forças que moldam essa identidade, Almeida (2019) diferencia os mecanismos que operam no contexto social: o racismo, o preconceito e a discriminação. Segundo o autor, o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, manifestando-se por práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos. Ele difere do preconceito racial, que é o juízo baseado em estereótipos, como considerar determinados grupos "naturalmente" mais ou menos capazes, e da discriminação racial, que é a atribuição efetiva de tratamento diferenciado. A discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a capacidade de usar a força ou a estrutura institucional para ditar vantagens ou perdas.

Sob a perspectiva da trajetória do sujeito, o dado mais forte do relatório com base em números de Altas da Violência (2021) desmistifica a ideia de que a ascensão educacional neutraliza o racismo: jovens negros com nível superior (completo ou incompleto) possuem 3 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio do que jovens brancos com o mesmo grau educacional. Este resultado é fundamental para compreender que a "zona do não ser" (Fanon, 1980) não é dissipada pelo diploma acadêmico, pelo contrário, a estrutura racializada da violência brasileira ignora o capital educacional e cultural do sujeito negro, reafirmando a raça como o marcador primário de desvalorização da vida e da dignidade, lhe tirando a humanidade através de sua negritude (Santos, 2023).

A operação do racismo estrutural no Brasil assume contornos específicos que dificultam a percepção das desigualdades. Essa complexidade se manifesta, primordialmente, numa construção com a intenção de falsear a realidade: O mito da democracia racial. Essa narrativa sustenta a ideia de que a miscigenação teria gerado uma convivência harmônica, negando o racismo como fruto da desigualdade (Fernandes, 2008). Para Gomes (2005), o mito atua como uma corrente ideológica perversa, ao afirmar que todos possuem igualdade de oportunidades, ele induz à conclusão de que o insucesso da população negra se deve a uma suposta incapacidade inerente ao grupo, e não às barreiras sistêmicas.

Dessa forma, o mito atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos, pois, enquanto nega o racismo, reforça as discriminações. Gomes (2005) destaca ainda que esse discurso utiliza estrategicamente a trajetória de alguns negros "bem-sucedidos" para ratificar sua lógica, sugerindo que a ascensão social depende exclusivamente do esforço individual, mérito pessoal. Para o indivíduo em formação racial, essa negação da realidade gera um conflito identitário: ele sente os efeitos do racismo e da discriminação, mas é levado a crer que sua dificuldade é uma falha pessoal, o que compromete o desenvolvimento identitário (Souza, 1983).

Atuando como ferramenta do mito, o colorismo, conforme pontua Devulsky (2021), não deve ser visto apenas como uma preferência estética, mas como um mecanismo de controle que distribui privilégios e exclusões de forma desigual dentro da própria população negra, servindo aos interesses da branquitude ao manter o grupo dividido. Essa relação cria uma hierarquia dentro do próprio grupo racial, gerando uma barreira para a solidariedade de grupo (Nogueira, 2007). Portanto, o sujeito retinto é alvo direto de uma exclusão mais severa, enquanto o sujeito de pele clara vive sob a pressão do embranquecimento e da dúvida sobre seu pertencimento, o que Devulsky (2021) caracteriza como uma identidade atravessada pela ambiguidade e pelo "não-lugar". Essa fragmentação dificulta o processo de exploração e comprometimento com a identidade étnico-racial, conforme discutido por Umaña-Taylor et al. (2014), uma vez que a definição de "quem é negro" no Brasil se torna uma zona de disputa e incerteza, afetando o senso de comunidade do indivíduo.

Dessa forma, a construção da identidade étnico-racial no Brasil não é um percurso linear, mas um campo de conflitos onde o indivíduo deve aprender a nomear o que o sistema tenta invisibilizar. É nesse cenário de ambiguidades que se destacam os estágios de desenvolvimento identitário, que serão analisados a seguir sob a ótica da Teoria da Nigrescência.

3 TEORIA DA NIGRESCÊNCIA

A Teoria da Nigrescência, conforme proposta por William Cross Jr. (1971) compreende o desenvolvimento da identidade racial como um processo de conversão psicológica. Para o autor, o indivíduo não nasce com uma consciência racial internalizada, mas a constrói através de uma série de transformações subjetivas que o levam de um estado de internalização negativa para uma identidade de afirmação. O processo de "tornar-se negro" é impulsionado por uma dinâmica de ruptura e reconstrução.

Dessa forma, Cross (1971) descreve o processo de identidade negra por estágios: Pré-encontro, quando o indivíduo sustenta uma visão de mundo eurocêntrica, muitas vezes negando a importância da raça ou internalizando estereótipos negativos sobre seu próprio grupo racial. Estágio de Encontro, onde uma experiência marcante de racismo funciona como um choque de realidade, questionando e invalidando a identidade de assimilação anterior. Seguindo para Imersão-emersão, fase de transição intensa onde o sujeito mergulha em referências afrocênicas e rejeita valores eurocênicos, até atingir a Internalização. Neste estágio final, a negritude deixa de ser uma reação defensiva e torna-se um núcleo de afirmação e segurança, permitindo ao indivíduo um compromisso com as lutas de igualdades raciais e aceitação da diversidade.

Para compreender a profundidade do processo identitário no Brasil, é importante recorrer a Souza (1983), na sua obra "Tornar-se Negro", o marco teórico que descreve as vicissitudes da identidade negra em uma sociedade que opera sob a ideologia do branqueamento. Para Souza (1983), o indivíduo negro em ascensão social vive um sofrimento psíquico particular: a tentativa de moldar seu ideal de Ego a partir de padrões brancos. Esse esforço de assimilação gera o que a autora chama de alienação, onde o sujeito nega suas próprias características para buscar uma aceitação frente aos padrões brancos.

Nesse cenário, "tornar-se negro" não é um dado biológico, mas um necessário desenvolvimento ético e político. É o processo de romper com a autoimagem negativa internalizada e com o desejo de ser branco para construir uma identidade fundamentada na própria história e cultura. Além disso, Souza (1983) argumenta que o racismo brasileiro é particularmente perverso, pois impõe ao negro o olhar do opressor como o único espelho possível, sempre como ideal cultural e de intelectualidade.

A transição descrita pela autora que vai desde negação para a afirmação, correlaciona com a passagem do estágio de pré-encontro para a internalização de Cross (1971), mas com uma ênfase maior no sofrimento e adoecimento emocional causado pela exclusão simbólica do negro, além de se estruturar na Psicanálise, enquanto Cross na Psicologia Social.

Por conta da diversidade étnica no Brasil, é importante compreender como se dá o processo de construção da identidade étnico-racial em um país tão plural. Essa luta subjetiva contra o auto-ódio e a desinformação sobre a própria cultura justifica e requer a aplicação de ferramentas adequadas a essas particularidades sociais. A literatura demonstra que indivíduos que desenvolvem uma identidade étnico-racial internalizada positivamente apresentam níveis

significativamente maiores de autoestima coletiva, bem-estar psicológico e engajamento acadêmico (Umaña-Taylor Et Al., 2014; Worrell, 2019).

4 OPERACIONALIZANDO A TEORIA DA NIGRESCÊNCIA

A transição da teoria para a prática investigativa exige instrumentos que capturem a complexidade do fenômeno identitário. Nesse sentido, a operacionalização da identidade étnico-racial proposta por Worrell et al. (2019) oferece uma estrutura baseada em sete conjuntos de atitudes multidimensionais agrupadas aos estágios teóricos da Nigrescência (Cross, 1971). As três primeiras: Assimilação, Desinformação e Auto-ódio, estão ligadas aos estados de baixa consciência racial ou internalização negativa, onde o sujeito pode desvalorizar o seu pertencimento étnico ou aceitar como verdadeiros os estereótipos negativos sobre o seu grupo, atitudes essas fazendo parte do estágio de Pré-encontro. As atitudes de antiodominância refletem o movimento de resistência associado ao estágio e Imersão-emersão. Nesta fase, o sujeito manifesta uma rejeição às normas do grupo dominante. Por fim, a Internalização, estágio em que o indivíduo possui uma identidade étnico-racial segura, permitindo-lhe valorizar o seu grupo sem necessidade de posturas defensivas ou de exclusão em relação a outros grupos. Com dimensões do Etnocentrismo com foco em valores exclusivos do próprio grupo étnico-racial, os indivíduos acreditam que os valores dos seus grupos étnico-raciais são importantes para lhe instruir na vida. Além das atitudes de Inclusão Multiculturalista, onde a identidade é fundamentada na combinação de uma forte ligação com o próprio grupo e a disposição para interagir com outros grupos na sociedade, valorizando as perspectivas que esses grupos trazem. A sétima e última dimensão, a Saliência Étnico-racial, mede a importância geral que a raça e a etnia ocupam na vida cotidiana do sujeito (Worrell et al., 2019).

Assim, A Cross Ethnic-Racial Identity Scale-Adult (CERIS-A), introduzida por Worrell, Mendoza-Denton e Wang (2019), representa um avanço significativo na psicometria das relações raciais. O instrumento foi desenvolvido para ser aplicável a diversos grupos raciais, e fundamenta-se na expansão do modelo de Nigrescência (Cross, 1971). No estudo de validação inicial, o modelo de sete fatores apresentou índices de ajuste robustos (CFI = 0,91; TLI = 0,91; RMSEA = 0,05) e uma consistência (α = 0,78 a 0,90).

Dando continuidade à cronologia de evidências, o estudo de reaplicação de Worrell, Fhagen, Vandiver e Cross Jr. (2021), analisou a estabilidade do instrumento em amostras independentes. Confirmando a estrutura de sete fatores com índices de ajuste adequados ($CFI = 0,956$; $TLI = 0,949$; $RMSEA = 0,071$) e consistência interna dentro dos padrões recomendados ($\alpha = 0,76$ a $0,92$). A CERIS-A representa um avanço na mensuração da identidade ao transitar de modelos baseados em status/processo para modelos atitudinais/de conteúdo. Enquanto os modelos de processo focam na exploração e no comprometimento do indivíduo com sua identidade, um olhar para dentro que define o senso de self, os modelos atitudinais como a CERIS-A avaliam o conteúdo das crenças do sujeito (Worrell et al., 2021).

Essa abordagem de conteúdo permite compreender não apenas o fortalecimento da identidade, mas a sua natureza: como o indivíduo sustenta atitudes em relação à sua própria raça e aos demais grupos sociais. Consequentemente, a CERIS-A oferece uma visão voltada para fora, captando como o sujeito se engaja com o mundo e reage à discriminação estrutural (Worrell, et al., 2021). Isso possibilita a identificação de grupos: multiculturalistas, assimilados ou anti-dominantes. A superioridade deste modelo reside na sua capacidade de predição psicossocial (Worrell et al., 2021).

A versatilidade da CERIS-A para além do contexto original foi utilizada pelo estudo de Carlos e Worrell (2025), que investigou adultos filipino-americanos, uma população cuja identidade é atravessada por camadas de colonização e miscigenação, assemelhando-se à complexidade do cenário brasileiro. Ao submeter a escala à Análise Fatorial Confirmatória (AFC), os autores confirmaram que a estrutura de sete fatores mantém a sua estabilidade, apresentando índices de ajuste adequados ($CFI = 0,935$; $TLI = 0,924$; $RMSEA = 0,061$) consistência interna ($\alpha = 0,65$ a $0,91$). Foram identificados a correlação positiva do Etnocentrismo e da Saliência Étnico-racial com a Autoestima coletiva privada. Esse dado revela um mecanismo de proteção psicológica fundamental: em contextos de minorias, o ato de centralizar a própria cultura e manter a consciência ativa da pertencimento étnico-racial (saliência) não é um mero isolamento, mas sim um mecanismo que sustenta o orgulho intrínseco e a satisfação pessoal com seu grupo, funcionando como um fator psicológico contra a desvalorização e preconceito social externo (Carlos; Worrell, 2025).

Estudo conduzido por Cuellar (2026) com universitários de minorias étnico-raciais Hispânico/latino demonstrou como as atitudes identitárias afetam a resiliência psicológica em ambientes acadêmicos historicamente brancos. Os dados revelaram que atitudes de Inclusão

Multiculturalista e de Saliência étnico-racial são os preditores positivos mais fortes de resiliência. Por outro lado, o estudo de Cuellar (2026) evidenciou o impacto psicológico da internalização do racismo, onde o Auto-ódio apresentou um efeito negativo significativo na capacidade de resiliência do sujeito. Um achado intrigante de sua pesquisa foi que, em ambientes educacionais majoritariamente brancos e hostis, atitudes de Assimilação e Desinformação também correlacionaram-se positivamente com a resiliência. Cuellar (2026), interpreta esse fenômeno não como uma aceitação da opressão, mas como um mecanismo de defesa estratégica, onde o indivíduo utiliza a conformidade para mitigar as agressões do ambiente enquanto fortalece sua trajetória acadêmica.

Diante da validação internacional da medida e da necessidade de instrumentos sensíveis à realidade nacional, a CERIS-A foi recentemente traduzida, adaptada e validada para o contexto brasileiro por Medeiros (2025). Em um estudo psicométrico subdividido em três etapas, a autora não apenas confirmou o adequado ajuste do modelo original de sete fatores à população brasileira ($CFI = 0,96$; $TLI=0,95$ $RMSEA = 0,047$) como também, utilizando a Teoria de Resposta ao Item (TRI), desenvolveu uma versão reduzida de 28 para 14 itens.

Além disso, Medeiros (2025) testou a invariância da medida entre brancos, pardos e pretos no Brasil, revelando que a escala é capaz de captar com exatidão as assimetrias e vivências raciais do país, evidenciadas estatisticamente pelos maiores escores de auto-ódio, antidominância, etnocentrismo e saliência étnico-racial entre a população negra. Essa validação torna a versão brasileira da CERIS-A uma ferramenta confiável e fundamental para mapear as diferentes configurações identitárias, permitindo também explorar contextos como da educação, a fim de reconhecer as estruturas da identidade que atravessam o sujeito em seu processo de aprendizagem.

5 EDUCAÇÃO, IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E PROCESSOS DE APRENDIZAGENS

Em contextos educacionais a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, instituída pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, representa um marco na educação brasileira ao reconhecer a representatividade étnico-racial e como o racismo se constitui estruturante das desigualdades sociais e educacionais (Brasil, 2003; Brasil, 2008). Essas legislações não apenas ampliam conteúdos curriculares, mas estabelecem

a necessidade de revisão das práticas pedagógicas e das concepções de aprendizagem, uma vez que o sistema educacional historicamente contribuiu para a invisibilização de sujeitos negros e indígenas.

Ao construir sua identidade enquanto um processo social e constante o sujeito a estabelece na memória. Assim, mediada pela educação a herança social de um povo é descrita para gerações futuras (Munanga, 1986; Damascena; Miranda, 2018). Com isso, se torna essencial fortalecer as práticas pedagógicas e os elos simbólicos vinculados à herança identitária para dialogar com histórias dos povos africanos e indígenas, a fim de fortalecer o sentimento de pertencimento étnico-racial. Segundo Gomes (2003), não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo no imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual. Diante disso, muitos alunos internalizam uma incapacidade intelectual e social, consequentemente fortalecendo os estereótipos de inferioridade.

Além disso, a instituição educacional exerce o dualismo operante entre o espaço do letramento racial e o reprodutor do racismo, esse que se configura como estrutural e institucional. Os mecanismos de discriminação no ambiente escolar são amplos e abrangem tanto aspectos pedagógicos quanto comportamentais, influenciando diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes. Muitas vezes, essas questões são tratadas como problemas isolados do indivíduo, ocultando as relações sociais que sustentam tais exclusões (Souza, 2011).

A identidade étnico-racial influencia diretamente o desenvolvimento cognitivo e subjetivo do estudante. O racismo estrutural molda os espaços institucionais, fazendo com que o currículo eurocêntrico e a falta de representatividade atuem como barreiras ao aprendizado (Almeida, 2019; Gomes, 2017). Essa dinâmica gera baixa autoestima e desmotivação, impactando o desempenho escolar de estudantes negros e indígenas. Para Gomes (2017), quando a escola desvaloriza a cultura e a história do aluno, ela cria um ambiente de exclusão que compromete o aluno em sua totalidade.

Para Psicopedagogia, principalmente no contexto institucional, ao compreender que seu objeto de trabalho não é o processo de construção da aprendizagem em si, mas sim o ser nesse processo, sendo o ser cognoscente (Almeida; Silva, 2010) é imprescindível considerar as marcas identitárias e raciais que esse ser/sujeito carrega. Se o processo de aprendizagem está ancorado no sujeito, logo é influenciado por como esse indivíduo se percebe e é

percebido racialmente. Portanto, a prática psicopedagógica institucional deve ser, fundamentalmente, uma prática alinhada ao letramento racial, reconhecendo que o racismo pode atuar como uma barreira no desenvolvimento desse ser em processo de construção. Ao remover as barreiras discriminatórias, a psicopedagogia devolve ao sujeito o direito pleno de construir seu próprio processo de aprendizagem.

Silva Junior (2012), reforça que a função da educação escolar ultrapassa o simples combate à discriminação. A escola tem o dever pedagógico de formar cidadãos, tanto crianças quanto adultos, que reconheçam o valor da diversidade étnico-racial como passo fundamental para uma sociedade mais justa. Portanto, a implementação de uma educação antirracista exige práticas pedagógicas que valorizem a diversidade da identidade e combatam a ideia de superioridade racial. Segundo Pinheiro (2023), é essencial que o educador abandone a postura de neutralidade, pois a omissão acaba por preservar as estruturas do racismo. Consequentemente, promover a diversidade e a representatividade nos materiais e discursos escolares é essencial para ampliar o repertório cultural dos estudantes e evidenciar a importância histórica das populações negras e indígenas, interrompendo o ciclo de preconceitos.

Nessa direção, verifica-se a importância do letramento racial e de uma educação antirracista comprometida com a valorização e fortalecimento de identidades negras e indígenas potentes e afirmativas. Considerando que no Brasil o racismo opera de forma sistemática e institucionalizada, muitas vezes mascarado pelo mito da democracia racial, o desenvolvimento identitário torna-se um campo ainda mais complexo, de forma que o sujeito deve aprender a nomear o que o sistema tenta invisibilizar. Logo, é fundamental reunir evidências sobre a Teoria da Nigrescência no contexto brasileiro, dispondo de uma medida que possibilite a adequada operacionalização do construto para investigar os antecedentes e consequentes do fenômeno identitário. Assim, permitindo revelar como as barreiras sistêmicas, os estereótipos de incapacidade e a fragmentação gerada pelo colorismo impactam a arquitetura psíquica e a trajetória racial dos indivíduos, transformando o que antes era uma internalização identitária negativa em um processo consciente de afirmação e resistência.

6 MÉTODO

6.1 Participantes

Participaram deste estudo 1.397 indivíduos racialmente diversos, com idades entre de 18 a 79 anos ($M = 26.76$; $DP = 9.70$). Sendo a maioria declarante do sexo feminino (66,3%), de classe socioeconômica média baixa (44,4%) e com ensino superior incompleto (48%). Em relação à raça/cor, 41,2% se autodeclarou parda, 30,3% pessoas brancas e 25,1% preta, além de 2,3% indígenas e 1,1% amarelos. Para a análise de redes, foram selecionados os grupos pretos e pardos, conforme classificação do IBGE.

6.2 Instrumentos

Cross Ethnic-Racial Identity Scale Adult (CERIS-A): Escala de Worrel et al. (2019). Foi utilizada a versão de 14 itens validada por Medeiros (2025), que comporta assertivas como “Me sinto mais brasileiro do que pertencente a um grupo étnico/racial”. Ela mede sete atitudes de identidade étnico-racial (assimilação, desinformação, auto-ódio, antidominância, etnocentrismo, inclusão multiculturalista e saliência étnico-racial). Os itens são respondidos em escala Likert (1 - Discordo totalmente; 7 - Concordo totalmente), com consistência interna adequada ($\omega = 0,74$) e confiabilidade ($\alpha = 0,89$; $\Omega = 0,69$).

A estrutura da escala foi previamente testada por meio de Análise Fatorial Confirmatória (ALVES; MONTEIRO, 2025), considerando o modelo de sete dimensões proposto por Worrell et al. (2019), baseado na teoria da Nigrescência (Cross, 1971). Os índices indicaram bom ajuste ao contexto brasileiro ($\chi^2/gl = 0,56$; CFI = 0,99; TLI = 0,99; RMSEA = 0,045; SRMR = 0,033) e confiabilidade adequada ($\alpha = 0,89$; $\Omega = 0,69$), evidenciando validade estrutural do instrumento para a presente amostra.

6.3 Procedimentos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (CAAE: 70633123.1.0000.5188). Após o parecer favorável, elaborou-se um questionário no Google Formulários, divulgado por meio das redes sociais. Antes da participação, os respondentes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantidos anonimato, confidencialidade e o direito de desistência. A pesquisa seguiu as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

6.4 Análise de Dados

Os dados foram analisados por meio do software JASP (JASP Team, 2025). Inicialmente, procederam-se análises descritivas com o objetivo de caracterizar a amostra, incluindo cálculo de médias, desvios-padrão e frequências das variáveis sociodemográficas.

Posteriormente, foram conduzidas análise multivariada de variância (MANOVA) e análises de variância (ANOVA) com o objetivo de verificar diferenças entre grupos raciais nas dimensões da identidade étnico-racial, seguindo de testes post hoc Tukey HSD para explorar diferenças específicas entre os grupos.

Realizou-se também a Análise de Redes (Network Analysis) para investigar a estrutura relacional entre os itens da CERIS-A nos grupos raciais pretos e pardos. Nesse modelo, os itens foram representados como nós, e as conexões entre eles corresponderam às correlações estimadas. Foram calculadas medidas de centralidade, incluindo força, intermediação e proximidade, a fim de identificar itens mais centrais na organização da identidade étnico-racial em cada grupo.

7 RESULTADOS

7.1 Análise Multivariada de Variância (MANOVA)

A presente análise verificou a influência da autodeclaração racial (IBGE) nos diferentes estágios de desenvolvimento da consciência étnico-racial, conforme proposto por Worrell et al. (2019). Assim, foi conduzida uma MANOVA seguida de ANOVAs e Testes Post-hoc para analisar as diferença global entre as múltiplas raças de acordo com os estágios de pré-encontro, imersão-emersão e internalização.

Inicialmente, a MANOVA apresentou efeito multivariado significativo (Pillai's Trace = 0,188; $F(23,33) = 10,50$; $p < 0,001$), indicando que a autodeclaração racial dos participantes exerce influência sobre os diferentes estágios da identidade étnico-racial (Tabela 1). Assim, procedeu-se às análises univariadas.

Tabela 1.

Resultado da MANOVA para estágios de desenvolvimento individual da consciência negra (Worrel et al. 2019)

Teste	Estatística	gl	p
Pillai's Trace	0,188 (F = 23,33)	(12,4176)	<0,001

Fonte: Elaboração própria (2026)

Posteriormente, as ANOVAS e testes post hoc revelaram quais são as diferenças dos grupos raciais nos estágios. Na ANOVA do estágio de pré-encontro, observou-se efeito estatisticamente significativo [$F(4,139) = 58,18$; $p < 0,001$], com diferenças entre os grupos raciais. Os resultados descritivos apontaram que participantes brancos apresentaram médias mais elevadas ($M = 21,99$; $DP = 6,81$), enquanto pretos ($M = 14,87$; $DP = 6,66$) e pardos ($M = 17,85$; $DP = 6,43$) obtiveram médias menores, o teste de post hoc (Tukey HSD) confirmou que as diferenças significativas concentram-se entre os grupos Brancos e Pretos ($DM = 7,11$), Brancos e indígenas ($DM = 4,14$) e o grupo de Brancos e Pardos ($DM = 4,141$; $p < 0,001$).

Na ANOVA do estágio de imersão-emersão, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos raciais [$F(4,139) = 1,95$; $p = 0,099$]. O teste post hoc (Tukey HSD) não indicou diferenças consistentes entre os grupos ($p > 0,05$). A ausência de diferenças pode indicar que o processo de transição identitária deste estágio depende mais de trajetórias pessoais e contextuais do que da simples autodeclaração racial. Por fim, na ANOVA do estágio de internalização, foram identificadas diferenças significativas entre os grupos [$F(4,139) = 16,25$; $p < 0,001$]. Os resultados evidenciaram que indígenas ($M = 30,56$; $DP = 11,39$) e pretos ($M = 30,52$; $DP = 8,34$) apresentaram escores mais elevados, enquanto amarelos obtiveram médias mais baixas ($M = 23,44$; $DP = 8,10$). O teste de post hoc confirmou as diferenças significativas nos grupos raciais de Brancos e Pretos ($DM = -3,96$) e Pardos e Pretos ($DM = -4,06$).

Assim, evidencia-se que a consolidação da identidade étnico-racial é mais forte em indivíduos negros, enquanto brancos permanecem em estágios menos desenvolvidos de consciência racial. Entretanto, é necessário interpretar esses achados com cautela, especialmente no que se refere ao grupo indígena, que contou com apenas 32 participantes na amostra. Os tamanhos de efeito indicaram magnitude moderada a elevada das diferenças observadas, sugerindo que a autodeclaração racial explica parcela relevante da variabilidade nos estágios da identidade étnico-racial.

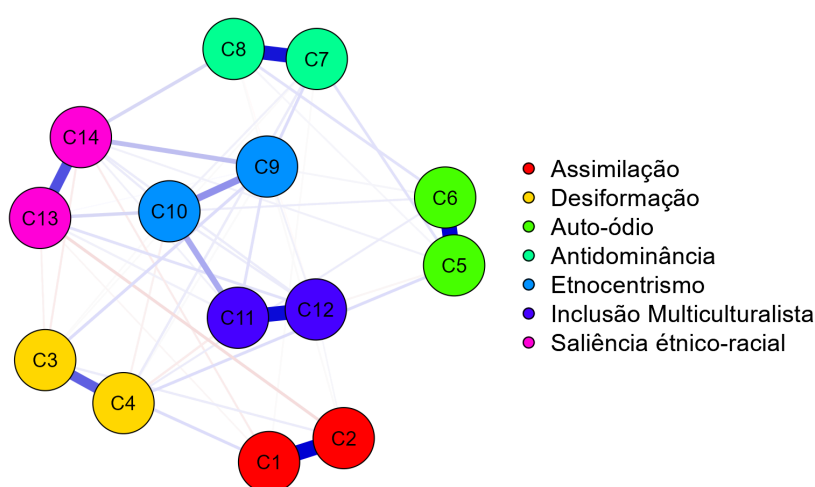
7.2 Análise de redes

Para aprofundar a compreensão sobre como as diferentes dimensões da identidade étnico-racial de Frank C. Worrell et al. (2019) se articulam internamente em cada grupo autodeclarado, foi conduzida uma Análise de Redes. Foram estimadas duas redes

independentes compostas pelos 14 itens da CERIS-A: uma para o grupo Pardo (Figura 1) e outra para o grupo Preto (Figura 2).

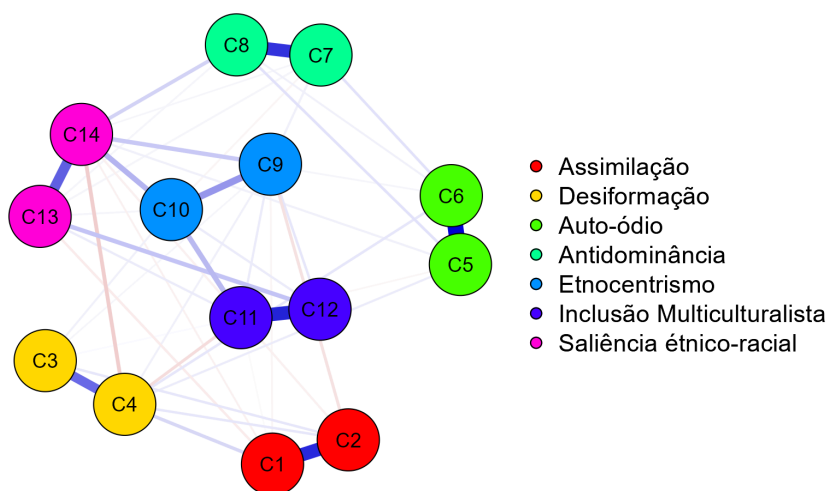
A avaliação da estrutura de redes revelou diferenças na densidade de conexão entre as atitudes identitárias dos dois grupos. A rede do grupo Pardo apresentou uma esparsidade de 0,462, com 49 bordas não zeradas de um total de 91 possíveis. Por sua vez, a rede do grupo Preto demonstrou-se ligeiramente mais esparsa, com um índice de 0,495 e 46 bordas não zeradas.

Figura 1 - Gráfico de rede do Grupo de Pardos (N=575)



Fonte: Elaboração própria (2026)

Figura 2 - Gráfico de rede do Grupo de Pretos (N=351)



Fonte: Elaboração própria (2026)

Para avaliar a estruturação interna da identidade étnico-racial, os índices de centralidade (Força, Intermediação e Proximidade) foram extraídos das redes dos grupos autodeclarados Pardo e Preto. A análise revelou arquiteturas de rede distintas para cada grupo.

Tabela 2.

Índices de centralidade da rede dos 14 itens da CERIS-A no grupo de pardos

Variável	Intermediação	Proximidade	Força
C1 - Me vejo principalmente como brasileiro(a) e raramente como membro de um grupo étnico ou racial.	-1,04	-0,94	-0,24
C2 - Me sinto mais brasileiro do que pertencente a um grupo étnico/racial	-0,25	-0,82	-0,12
C3 - Eu acho que muitos dos estereótipos sobre meu grupo étnico/racial são verdadeiros.	0,53	0,57	-1,25
C4 - Quando as pessoas dizem coisas estereotipadas sobre o meu grupo étnico-racial, eu concordo com elas	0,93	0,36	-1,64
C5 - Intimamente, às vezes tenho sentimentos negativos sobre ser um membro da minha etnia/grupo racial.	-0,65	-1,32	-0,64
C6 - Às vezes, tenho sentimentos negativos sobre ser um membro do meu grupo étnico-racial.	-1,24	-1,47	-0,07

C7 - Os membros do grupo dominante devem ser destruídos.	-0,25	0,16	0,31
C8 - Odeio pessoas do grupo racial/étnico dominante.	-0,05	0,08	-0,17
C9 - Respeito às ideias de outras pessoas, mas acredito que a melhor maneira de resolver nosso problema é pensar do ponto de vista étnico/racial.	1,92	1,49	-0,87
C10 - Nunca seremos completos até abraçarmos nossa herança étnica/racial.	0,73	0,61	-0,66
C11 - Acredito que é importante ter uma identidade étnica e uma perspectiva multicultural, porque isso me conecta a outros grupos (amarelos, brancos, indígenas, pardos, pretos, gays e lésbicas, etc.).	-0,05	-0,53	2,20
C12 - Como multiculturalista, é importante para mim estar conectado com indivíduos de todas as origens culturais (gays e lésbicas, amarelos, brancos, indígenas, pardos, pretos, etc.)	-1,84	-0,80	0,44
C13 - Quando leio jornais ou revistas, sempre procuro artigos e histórias que lidam com questões étnico/raciais.	0,93	-1,18	-0,03
C14 - Em uma típica semana em minha vida, penso com muita frequência em questões étnicas e culturais.	0,34	1,43	1,35

Fonte: Elaboração própria (2026)

Na rede do grupo Pardo, a medida de Força (*Strength*) indicou que o item C11

("Acredito que é importante ter uma identidade étnica e uma perspectiva multicultural...") correspondente à dimensão de Inclusão Multiculturalista foi o nó mais influente do sistema, apresentando o maior valor padronizado (2,20). Nos índices de fluxo de informação na rede, o item C9 ("...acredito que a melhor maneira de resolver nosso problema é pensar do ponto de vista étnico/racial"), correspondente à dimensão de Etnocentrismo, destacou-se duplamente. O C9 obteve os maiores índices tanto em Intermediação (*Betweenness* = 1,926) quanto em Proximidade (*Closeness* = 1,491), atuando como o principal elo de conexão entre os demais nós da rede entre os pardos.

Tabela 3.

Índices de centralidade da rede dos 14 itens a CERIS-A no grupo de pretos

Variável	Intermediação	Proximidade	Força
C1- Intimamente, às vezes tenho sentimentos negativos sobre ser um membro da minha etnia/grupo racial.	-0,36	-0,94	-0,24
C2 - Me sinto mais brasileiro do que pertencente a um grupo étnico/racial	-0,67	-0,97	-0,01
C3 - Eu acho que muitos dos estereótipos sobre meu grupo étnico/racial são verdadeiros.	-0,88	0,26	-2,15
C4 - Quando as pessoas dizem coisas estereotipadas sobre o meu grupo étnico-racial, eu concordo com elas.	1,69	1,27	0,57
C5 - Intimamente, às vezes tenho sentimentos negativos sobre ser um membro da minha etnia/grupo racial.	-0,36	-1,55	-0,22
C6 - Às vezes, tenho sentimentos negativos sobre ser um membro do meu grupo étnico-racial.	-0,16	-1,55	-0,31

C7 - Os membros do grupo dominante devem ser destruídos.	-0,88	-0,47	-0,69
C8 - Odeio pessoas do grupo racial/étnico dominante.	0,97	-0,41	-0,22
C9 - Respeito às ideias de outras pessoas, mas acredito que a melhor maneira de resolver nosso problema é pensar do ponto de vista étnico/racial.	-0,16	0,38	-0,67
C10 - Nunca seremos completos até abraçarmos nossa herança étnica/racial.	-0,16	0,81	-0,25
C11 - Acredito que é importante ter uma identidade étnica e uma perspectiva multicultural, porque isso me conecta a outros grupos (amarelos, brancos, indígenas, pardos, pretos, gays e lésbicas, etc.)	-0,05	-0,07	1,08
C12 - Como multiculturalista, é importante para mim estar conectado com indivíduos de todas as origens culturais (gays e lésbicas, amarelos, brancos, indígenas, pardos, pretos, etc.)	-0,78	-0,11	0,16
C13 - Quando leio jornais ou revistas, sempre procuro artigos e histórias que lidam com questões étnico/raciais.	-0,57	1,02	-0,50
C14 - Em uma típica semana em minha vida, penso com muita frequência em questões étnicas e culturais.	2,41	1,68	2,31

Fonte: Elaboração própria (2026)

A estrutura da rede do grupo Preto apresentou uma centralização em torno da dimensão de Saliência Étnico-Racial. O item C14 ("Em uma típica semana em minha vida, penso com muita frequência em questões étnicas e culturais") liderou todas as três medidas de centralidade. O C14 apresentou a maior Força (2,31), a maior Intermediação (2,41) e a maior Proximidade (1,68). Também, os índices de Intermediação e Proximidade revelaram um dado expressivo para o item C4 ("Quando as pessoas dizem coisas estereotipadas sobre o meu grupo étnico-racial, eu concordo com elas"), correspondente à dimensão de Desinformação. Embora o C14 seja o líder global, o C4 obteve um valor de intermediação significativo (1,69) e proximidade (1,27) na rede do grupo preto, configurando-se como um nó crítico fazendo uma ponte entre dois estágios distintos e extremos das dimensões identitárias.

8 DISCUSSÃO

Os resultados da MANOVA evidenciaram que a autodeclaração racial exerce um impacto significativo no desenvolvimento da consciência étnico-racial, demonstrando que a identidade não é um mero atributo biológico, mas um metaconstruto forjado na estrutura social (Umaña-Taylor et al., 2014; Almeida, 2019).

No estágio de pré-encontro, os resultados indicaram médias mais elevadas entre participantes brancos em comparação aos participantes pretos e pardos. Esse padrão é coerente com o modelo de Nigrescência desenvolvido por Cross (1971) segundo o qual esse estágio caracteriza-se por menor consciência racial e maior assimilação de valores dominantes. Em contextos sociais estruturados pela hierarquia racial, indivíduos pertencentes ao grupo dominante tendem a vivenciar menor necessidade de refletir sobre sua própria racialidade. Tal dinâmica pode ser compreendida à luz da análise de racismo estrutural que demonstra como instituições e estruturas sociais naturalizam determinadas posições raciais enquanto marginalizam outras (Almeida, 2019).

Por outro lado, os menores escores observados entre participantes pretos e pardos no estágio de pré-encontro sugerem maior consciência da dimensão racial em suas trajetórias identitárias. Esse resultado pode ser interpretado a partir da perspectiva de Fanon (1980), que afirma que a identidade racial do sujeito negro emerge frequentemente em resposta às experiências de racialização impostas pela sociedade. Nessa perspectiva, o sujeito negro constrói sua identidade em tensão com o olhar social que o define e o posiciona dentro de uma hierarquia racial. No estágio de Imersão-Emersão, a ausência de diferenças

estatisticamente significativas se correlaciona com a formulação original de Cross (1971). A transição identitária de "tornar-se negro" é um estado de crise transversal, impulsionado por choques de realidade que independem da categoria racial estática, exigindo do sujeito uma imersão em referenciais afrocêntricos para romper com o auto-ódio. No estágio de internalização, os resultados indicaram maiores escores entre participantes pretos e indígenas, sugerindo maior consolidação da identidade étnico-racial nesses grupos. Esse resultado converge com a etapa final do modelo de Nigrescência, na qual o indivíduo desenvolve uma identidade racial afirmativa e integrada. Esse processo também dialoga com as reflexões de Souza (1983), que descreve o “tornar-se negro” como um processo de reconstrução subjetiva no qual o indivíduo rompe com a internalização de padrões brancos e constrói uma identidade baseada na valorização de sua própria história e cultura.

Além disso, a consolidação identitária revela seu caráter de sobrevivência nesse contexto. Em diálogo com os estudos internacionais de Cuellar (2026) e Carlos e Worrell (2025), a alta internalização em contextos minoritários e hostis funciona como o preditor mais forte de resiliência psicológica, uma vez que no Brasil essas minorias vivem em constante exclusão. Nesse sentido, os resultados da MANOVA reforçam a interpretação de que a identidade étnico-racial se desenvolve em interação com as experiências sociais e históricas vivenciadas pelos indivíduos. Em sociedades como o Brasil, esse processo ocorre em um contexto marcado por desigualdades profundas, evidenciadas por indicadores sociais e de violência. Dados do Atlas da Violência (2023) demonstram que a população negra (pretos e pardos) apresenta risco significativamente maior de letalidade, revelando a permanência de hierarquias raciais que influenciam não apenas as condições de vida, mas também a construção subjetiva da identidade.

A análise de redes realizada para o grupo pardos revelou que a dimensão de inclusão multiculturalista ocupa posição central na organização das atitudes identitárias. O item associado à valorização de uma identidade étnica combinada com uma perspectiva multicultural apresentou o maior índice de força na rede, sugerindo que essa dimensão exerce papel estruturante na organização da identidade desse grupo. Esse resultado pode ser interpretado à luz das discussões teóricas sobre a complexidade da identidade racial no Brasil, dialogando com o fenômeno do colorismo, que desempenha um papel relevante na construção identitária. Conforme Devulsky (2021), o colorismo não constitui apenas uma preferência estética, mas um mecanismo social que distribui privilégios e exclusões dentro da

própria população negra. Contudo, essa dinâmica gera uma zona de disputa e incerteza sobre "quem é negro" no Brasil, fragmentando a solidariedade de grupo (Umaña-Taylor et al., 2014; Devulsky, 2021).

A centralidade da dimensão multiculturalista na rede parda pode refletir justamente essa dinâmica de negociação identitária. Em vez de uma identidade racial rigidamente definida, os indivíduos podem construir formas de pertencimento mais flexíveis, combinando a identificação com abertura para interações multiculturais e valorizando essas conexões. Sobre o fluxo de informação, o Etnocentrismo emergiu como a principal ponte, dominando os índices de Intermediação e Proximidade. Correlacionando esse dado com a perspectiva de atitudes de conteúdo da CERIS-A (Worrell et al., 2021), o etnocentrismo não opera isoladamente, mas como uma ponte necessária para o multiculturalismo. Para o pardo que acaba de sair do estágio de Imersão-emersão, precisa escapar da armadilha alienante do Mito da democracia racial, assim ele precisa obrigatoriamente “pensar do ponto de vista étnico-racial”. Estudos internacionais utilizando a CERIS-A oferecem evidências que ajudam a compreender esse padrão. A pesquisa conduzida por Carlos e Worrell (2025) com adultos filipino-americanos demonstrou que dimensões como etnocentrismo e saliência étnico-racial podem coexistir com atitudes multiculturalistas, refletindo as identidades construídas em contextos históricos de colonização e miscigenação. Essa configuração apresenta semelhanças com o cenário brasileiro, no qual a miscigenação histórica produziu identidades raciais complexas.

A análise de redes do grupo preto revelou uma estrutura identitária distinta daquela observada entre os participantes pardos. Nesse grupo, a dimensão de saliência étnico-racial apresentou a maior centralidade em todas as medidas analisadas, indicando que a consciência racial constitui o núcleo organizador da identidade. Esse resultado é coerente com a literatura sobre o desenvolvimento da identidade racial negra de Cross (1971). No modelo da Nigrescência, a consciência racial emerge a partir de experiências que desafiam a assimilação e levam o indivíduo a refletir sobre sua posição social. Esse processo pode culminar na internalização de uma identidade racial afirmativa, caracterizada pela valorização da cultura e da história do próprio grupo. Segundo as reflexões de Munanga (1986), a identidade negra constitui um processo político e cultural de resistência frente às tentativas históricas de inferiorização simbólica da população negra. Nesse sentido, a centralidade da saliência racial

observada na rede pode ser interpretada como expressão de uma consciência identitária fortalecida.

Outro resultado relevante encontrado foi associado à desinformação, atuando como nó crítico, apresentando índices elevados de intermediação e proximidade na rede do grupo de pretos. Isso sinaliza que, mesmo no estágio de Internalização, o sujeito ajusta e filtra os estereótipos inferiorizantes que o racismo estrutural impõe (Gomes, 2005). Estudos internacionais utilizando a CERIS-A também evidenciam a importância da saliência racial na construção da identidade. O estudo de Cuellar (2026) demonstrou que a saliência étnico-racial constitui um dos principais preditores de resiliência psicológica entre estudantes universitários pertencentes a minorias raciais. Ao mesmo tempo, atitudes relacionadas ao auto-ódio racial apresentaram impacto negativo sobre a capacidade de enfrentamento do racismo. Além disso, o estudo da autora supracitada apresentou uma correlação direta aos resultados da rede de pretos ao evidenciar que Desinformação também correlacionaram-se positivamente com a resiliência.

Esse resultado não deve ser compreendido como uma forma de aceitação passiva da opressão, mas sim como um mecanismo estratégico de defesa. Nessa perspectiva, o indivíduo recorre à conformidade como uma maneira de reduzir as agressões presentes no ambiente, ao mesmo tempo em que busca preservar e fortalecer sua trajetória. Por mais que seu processo de construção da identidade racial esteja consolidado, o racismo e suas múltiplas manifestações sociais continuam atravessando seu cotidiano. Assim, os resultados da rede para o grupo de pretos sugerem que a identidade desse grupo se organiza em torno de uma consciência racial fortemente estruturada, ao mesmo tempo em que revela a presença de tensões identitárias associadas à internalização de estereótipos raciais.

8.1 IMPLICAÇÕES PARA EDUCAÇÃO E PSICOPEDAGOGIA

As estruturas identitárias reveladas pelas análises evidenciam a sua intersecção no ambiente educacional e condicionam os processos de aprendizagem. Se o objeto de trabalho da Psicopedagogia é o ser cognoscente no processo de aprendizagem (Almeida; Silva, 2010), a prática institucional deve obrigatoriamente considerar os atravessamentos raciais que constituem esse sujeito. Quando a escola preserva um imaginário pedagógico excludente e eurocêntrico, ela atua como reprodutora do racismo institucional e não fomenta o desenvolvimento de uma identidade étnico-racial (Gomes, 2003; Souza, 2011). Para o aluno

pardo, ao internalizar o etnocentrismo para resolver os seus conflitos étnico-raciais, a invisibilização de sua ancestralidade prolonga a alienação e a dúvida sobre seu pertencimento. Enquanto o aluno preto, que já vivencia a sobrecarga de lidar com estereótipos negativos, a falta de representatividade atua como um mecanismo gerando desmotivação e seu apagamento na educação (Gomes, 2017).

Portanto, a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 transcende o currículo, é uma exigência de saúde mental (Brasil, 2003; 2008). A postura do educador e do psicopedagogo não pode ser neutra, pois a omissão preserva as estruturas da exclusão (Pinheiro, 2023). Ao promover o letramento racial e reavivar a memória social e a herança identitária (Munanga, 1986; Damascena; Miranda, 2018), a intervenção psicopedagógica remove as barreiras simbólicas. Cumpre-se, assim, o papel ético da educação (Silva Junior, 2012) ao garantir práticas para estudantes negros e indígenas a internalização na sua identidade plenamente como motores de emancipação para a construção de sua aprendizagem.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a arquitetura da identidade étnico-racial em brasileiros, investigando de que maneira a autodeclaração racial influencia a organização das dimensões identitárias. A partir da aplicação da escala CERIS-A e da utilização de análises estatísticas multivariadas e de redes, foi possível evidenciar que a identidade étnico-racial constitui um fenômeno complexo, dinâmico e profundamente atravessado pelas estruturas sociais racializadas presentes no contexto brasileiro. Os resultados da análise multivariada indicaram que a autodeclaração racial exerce influência significativa nos estágios de desenvolvimento da identidade étnico-racial. Observou-se que participantes brancos apresentaram maiores escores no estágio de pré-encontro, caracterizado por menor consciência racial e maior assimilação de valores dominantes. Em contrapartida, participantes pretos e indígenas apresentaram níveis mais elevados de internalização identitária, sugerindo maior consolidação de uma identidade racial afirmativa. Esses achados reforçam as proposições da Teoria da Nigrescência, segundo a qual o desenvolvimento da consciência racial ocorre em interação com experiências sociais e processos de racialização vivenciados ao longo da trajetória individual.

A análise de redes permitiu aprofundar a compreensão da organização interna das atitudes identitárias entre os grupos raciais investigados. No grupo pardo, a dimensão de inclusão multiculturalista emergiu como o nó mais central da rede, indicando que a identidade desse grupo tende a se estruturar em torno de uma perspectiva que combina pertencimento com abertura para a diversidade de todas as etnias. Esse resultado pode ser interpretado à luz da complexidade das relações raciais no Brasil, especialmente considerando o papel do colorismo e das ambiguidades associadas à identidade parda. Por outro lado, no grupo preto, a dimensão de saliência étnico-racial apresentou a maior centralidade em todas as medidas analisadas, evidenciando que a consciência racial ocupa posição central na organização da identidade. Esse resultado converge com a literatura que aponta que experiências de racialização tendem a intensificar a reflexão sobre o pertencimento racial e a fortalecer processos de afirmação identitária diariamente. Ao mesmo tempo, a presença de itens relacionados à desinformação atuando como nós de intermediação na rede sugere que, mesmo em contextos de identidade racial consolidada, persistem tensões associadas à internalização de estereótipos produzidos pelo racismo estrutural.

No campo educacional, esses achados possuem implicações relevantes. Considerando que a identidade étnico-racial influencia a construção da subjetividade e a relação do sujeito com os processos de aprendizagem, torna-se fundamental que instituições educacionais reconheçam e enfrentem os impactos do racismo estrutural na trajetória escolar dos estudantes. Nesse sentido, a implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 constitui um instrumento essencial para a promoção de uma educação antirracista, capaz de valorizar as histórias, culturas e identidades dos povos negros e indígenas. Para a Psicopedagogia, os resultados evidenciam a necessidade de ampliar a compreensão do sujeito cognoscente para além das dimensões estritamente cognitivas, incorporando também os atravessamentos sociais e identitários que influenciam o processo de aprendizagem. O racismo, quando presente no ambiente escolar, atua como uma barreira simbólica que pode comprometer a autoestima, o sentimento de pertencimento e o engajamento acadêmico dos estudantes. Dessa forma, a atuação psicopedagógica institucional deve considerar o letramento racial como elemento fundamental para a promoção de práticas educativas inclusivas e equitativas.

Nesse contexto, torna-se essencial reconhecer que o desenvolvimento da identidade étnico-racial também representa um processo de emancipação. Como aponta Kilomba (2019),

esse movimento implica o esforço de deixar de ocupar a posição de “objeto” no discurso racial dominante para tornar-se sujeito da própria narrativa histórica.

No que se refere às limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade de participação de alguns grupos específicos, especialmente pessoas indígenas, o que resultou em uma representação reduzida desse grupo racial na amostra. Além disso, durante o processo de coleta de dados, observou-se que alguns participantes com níveis de escolaridade mais baixos apresentaram dificuldades na compreensão de determinados termos presentes no instrumento, particularmente conceitos relacionados à etnia e racial. Tal situação evidencia uma problemática importante no campo das pesquisas: a utilização de termos que, embora consolidados na literatura acadêmica, nem sempre correspondem ao nível de letramento racial presente na população.

Para além das limitações, os resultados desta pesquisa também indicam possibilidades relevantes de aplicação prática e de contribuição para a formulação de políticas públicas. A sistematização dos dados produzidos pode subsidiar relatórios institucionais voltados à compreensão das dinâmicas identitárias em diferentes contextos educacionais, contribuindo para a elaboração de estratégias mais efetivas de enfrentamento das desigualdades raciais. Assim, para Psicopedagogia, tais instrumentos podem auxiliar profissionais na identificação de aspectos identitários que influenciam a relação dos sujeitos com os processos de aprendizagem, possibilitando a construção de intervenções mais sensíveis às dimensões sociais e culturais da educação.

Por fim, pesquisas como esta reforçam a importância de compreender a identidade étnico-racial não apenas como uma análise acadêmica, mas como um elemento central na construção das trajetórias sociais, educacionais e psicológicas dos indivíduos, assim se transformando em uma ferramenta para a transformação social. Como Ailton Krenak (2022) afirma que ao refletir sobre os caminhos possíveis para a construção de outros horizontes coletivos, o futuro é ancestral. Nesse sentido, reconhecer as memórias, histórias e experiências que constituem os diferentes povos que formam o Brasil é um passo fundamental para construir formas mais justas de convivência social, nas quais as identidades étnico-raciais sejam reconhecidas não como marcadores de desigualdade, mas como dimensões constitutivas de cultural e humanização da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA E SILVA, M. C. **Psicopedagogia**: a busca de uma fundamentação teórica. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.678, de 23 de maio de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

CARLOS JUNIOR, Edwin G.; WORRELL, Frank C. Examining Cross Ethnic-Racial Identity Scale-Adult Scores in Filipino Americans. **Asian American Journal of Psychology**, [S. l.], p. 1-12, 15 dez. 2025. Advance online publication. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1037/aap0000409>. Acesso em: 17 mar. 2026.

COSTA, A. S.; SOUZA, E. M. F. Um olhar sobre a construção da identidade étnico-racial no município de Guanambi - Bahia. **Seminário Gepráxis**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 1-12, 2021.

CROSS JUNIOR, W. E. A experiência de conversão de negro para negro. **Mundo Negro**, [S. l.], v. 20, p. 13-27, 1971.

CUELLAR, S. Promovendo a resiliência psicológica: o impacto das atitudes de identidade étnico-racial entre jovens adultos hispânicos/latinos/as/os/as. **Journal of Latinos and Education**, [S. l.], p. 1-12, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15348431.2026.2632815>. Acesso em: 17 mar. 2026.

DAMASCENA, Quecia Silva; MIRANDA, Eduardo Oliveira. Caminhos identitários: contribuições de Kabengele Munanga na construção da identidade negra positiva. **Revista de História da UEG**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 145-155, jan./jun. 2018.

DATAFOLHA. **6 em cada 10 pardos não se consideram negros**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/11/6-em-cada-10-pardos-nao-se-consideram-negros-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2026.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Pólen Livros, 2021. (Coleção Feminismos Plurais).

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: UFBA, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. v. 1. São Paulo: Globo, 2008. (Originalmente publicado em 1964).

GÓES, Juliana Moraes de. Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 14741-01i, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/revesv15iss4pp14741-01i>. Acesso em: 17 mar. 2026.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-185, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Geledés - Instituto da Mulher Negra**, São Paulo, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 17 mar. 2026.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2026.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2023**. Brasília, DF: IPEA; FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/337>. Acesso em: 28 fev. 2026.

JASP TEAM. **JASP** (Versão 0.19.1) [Software de computador]. Amsterdã: University of Amsterdam, 2024. Disponível em: <https://jasp-stats.org/>. Acesso em: 17 mar. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

LIMA, Analice Almeida. Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e educação antirracista: ideias de um grupo de docentes de química. **Ensino & Multidisciplinaridade**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. e1322, 30 out. 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/18720>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MEDEIROS, Wanilla da Costa. **Entre pertencimento e vulnerabilidade**: explorando a identidade étnico-racial e sua relação com a saúde mental de grupos minorizados. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do destino do negro no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SANTOS, Gabriel Nascimento dos. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. **Gragoatá**, Niterói, v. 28, n. 60, p. e-53299, jan./abr. 2023.

SILVA JUNIOR, Hédio. Anotações conceituais e jurídicas sobre educação infantil, diversidade e igualdade racial. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. p. 65-80.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. **Linguagem e Currículo**: formação docente. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2011.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

UMAÑA-TAYLOR, Adriana J. et al. Ethnic and racial identity during adolescence and into young adulthood: An integrated conceptualization. **Child Development**, [S. l.], v. 85, n. 1, p. 21-39, 2014.

WORRELL, Frank C.; FHAGEN, Peony E.; VANDIVER, Beverly J.; CROSS JUNIOR, William E. Propriedades psicométricas dos escores da Escala de Identidade Étnico-Racial para Adulto de Cross (CERIS-A): um estudo de replicação. **Identidade: Um Jornal Internacional de Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 89-97, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/15283488.2020.1828087>.

WORRELL, Frank C.; MENDOZA-DENTON, Rodolfo; WANG, Amanda. Introducing a new assessment tool for measuring ethnic-racial identity: The Cross Ethnic-Racial Identity Scale–Adult (CERIS-A). **Assessment**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 404-418, 2019. DOI: 10.1177/1073191117698756.

AGRADECIMENTO

A força e energia celeste de tudo: Deus

Ao dono do meu ori, quem me deu a direção através de seu ofã e eu segui com coragem:

Oxossi, fi ore-ofe ati igboya re bo wa. Ki awon ofa Rẹ tọ wa lọ okê arô!

À Exú pelo caminho aberto, são 2 mil km que dividem um sonho

A minha ancestralidade, a força de caminhar até aqui e para além...

Aos meus pais, Adalgisa e Luiz Wagner, que nunca me impediram de voar, na Amazônia a gente acredita que a Samaúma só que crescer gigante do jeito que cresce por conta de suas raízes bem fincadas no chão, como Samaúma me torno grande e ancestral.

Aos meus irmãos Luiz Fernando e Jorge Wagner, e a Preta, mãe de Jorge.

Aos meus avós, minha herança negra e cabocla de Portel ao rio Piraiuara

A minha mãe de santo Joana de Odé por todo amor de cuidado

Ao sair da Amazônia, entendi que ela nunca saiu de mim.

A minha companheira Valéria, quem divide a vida e o amor entre duas mulheres negras.

As minhas Juremas, elas que não largaram minha mão, mesmo de longe a arte sempre esteve perto de mim, em especial, Carla Nobre e Hayam Chandra por sempre estarem comigo.

A minha Psicóloga Edna, por me acompanhar por todo o meu processo até ali com uma escuta sensível e amorosa.

A minha família na Paraíba, Aldereda, minha mãe, você me salvou tantas vezes e me deu tanta força.

Aos meus amigos/irmãos por todo amor e companheirismo

As minhas irmãs Flávia e Miriã, obrigada pelo amor de vocês.

Aos professores e professoras do curso de Psicopedagogia, por todo aprendizado e carinho.

Ao meu orientador Renan Monteiro, muito obrigada pela oportunidade de aprender com o senhor, pela paciência de me orientar, que honra fazer pesquisa com o senhor.

A minha banca, Wanilla Medeiros, obrigada por dedicar seu tempo na leitura e correção desse trabalho, você é fundamental nessa construção.

Sigo com coragem!